



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO REF.ª N.º 10_GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

E

UNITEL T+ TELECOMUNICAÇÕES, SOCIEDADE UNIPessoal, S.A

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago
- Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. Antão - Tel:
(+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TARRAFAL - Vila do Tarrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO
VALE DE CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade
de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.

CONTRATO REF.ª N.º 10_GPENAPOR_2022

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ENTRE:

PRIMEIRA: ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Alcídio Nascimento Lopes**, casado, portador do BI n.º 219163, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 121916391 e pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada por **Primeira Outorgante**.

E

SEGUNDA: UNITEL T+ TELECOMUNICAÇÕES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, S.A. com sede na Avenida Cidade de Lisboa, Praia – Santiago, matriculada na Conservatória dos Registos da Praia – Secção Comercial nº 1874, NIF 252214420 e capital social de ECV 765.000.000\$00, neste ato representada pelo sua Diretora Comercial e de Marketing, Dra. Ércia Paim, no uso das competências estatutárias e matriz de poderes na empresa, com poderes para obrigar, adiante designada por **Segunda Outorgante**.

Entre os Outorgantes supra identificados e nas respectivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente Contrato de Prestação de Serviços que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª
(Objeto)

O presente contrato têm por objeto a prestação, pela Segunda Outorgante, de serviços de suporte e manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de videovigilância (CCTV) dos Portos Grande-Ilha de São Vicente e do Porto da Praia-Ilha de Santiago, nos termos constantes da Proposta 01CCTV-SV-PR-2021 e os Anexos I e II apenas ao presente contrato.

Cláusula 2.ª
(Prazo de Vigência do Contrato)

1. O presente contrato é firmado pelo prazo de 01 (um) ano, com início a 01 de março de 2022 e término a 01 de Março de 2023.
2. Por conveniência do serviço **e mediante a avaliação de desempenho efetuado quanto à satisfação dos objetivos da Primeira Outorgante**, mediante acordo entre as partes, o presente contrato poderá ser renovado pelo período de 1 (um) ano a contar do término do período de vigência inicial.
3. A Segunda Outorgante deverá assegurar que, na data prevista para o início do presente contrato, todas as condições efetivas e operacionais para a sua execução se encontram devidamente reunidas.
4. A denúncia do contrato, por qualquer das partes, deverá ser transmitida por carta registada com aviso de receção à outra com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias relativamente à data do termo inicial ou do termo da renovação em curso.

Cláusula 3ª
(Meios logísticos)

1. A execução dos serviços objeto do presente contrato, será garantida pela Segunda Outorgante, sujeita à disponibilização, por parte da Primeira Outorgante, das seguintes condições:
 - a) Acesso às instalações dos portos onde se realize a prestação de serviço objeto deste presente contrato;
 - b) Acesso às infraestruturas físicas dos portos onde se realize a prestação de serviço objeto deste presente contrato;
 - c) Pontos de Energia nos locais onde serão executados os trabalhos de manutenção;
 - d) Disponibilização de um técnico para acompanhamento e supervisão dos trabalhos;



- e) Disponibilização de uma grua e um operador para a elevação dos técnicos. A disponibilização da grua deverá ser concertada pelas partes, para que não ocorra constrangimentos ao nível das operações portuárias. A Segunda Outorgante assume todos os riscos inerentes aos serviços a serem efetuados pelos seus técnicos. O Plano de trabalho aprovado pelas partes deverá ser integralmente cumprido.

Cláusula 4ª
(Dever de Boa Execução)

1. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante garante que os serviços por si prestados no âmbito do presente contrato cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados aos objetivos e finalidades definidos.

Clausula 5ª
(Relatório de Execução Dos Serviços)

1. A Segunda Outorgante obriga-se a manter registos completos e fiáveis dos serviços prestados ao abrigo do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante obriga-se a entregar a fatura mensal acompanhada por um relatório de desenvolvimento dos serviços, com os dados e outras informações pertinentes relacionadas com o objeto deste contrato.

Clausula 6ª
(Saúde, Segurança no Trabalho e Responsabilidade Civil)

1. A Segunda Outorgante, na qualidade de Prestador de Serviço, terá todo o cuidado com a correta utilização da indumentária, vestuário, outros equipamentos de proteção individual-EPIS e higiene e segurança no trabalho, utilização dos processos e procedimentos HACCP e ISO e assumirá todos os encargos atinentes a eventuais acidentes no local da prestação de serviço.



2. A Segunda Outorgante obriga-se a efetuar, junto das seguradoras, o Seguro de Responsabilidade Civil e a apresentar a respetiva Apólice sempre que solicitado pela Primeira Outorgante.

Cláusula 7ª
(Coordenação e Representantes)

1. A Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante designam, individualmente, um ou mais representantes ao(s) qual(is) são conferidas as funções e competências necessárias para a correcta e plena coordenação na execução dos serviços objeto do presente contrato.
2. No cumprimento das respetivas atribuições e responsabilidades, cada representante designado deverá manter estreita ligação e colaboração, trocando informações e prestando todo o apoio que se revelar necessário para a plena prossecução do objeto do presente contrato cumprindo cada um, as respectivas atribuições com o máximo das suas competências, diligências e experiências profissionais.

Cláusula 8ª
(Preço e Condições de Pagamento)

1. A Primeira Outorgante liquidará perante a Segunda Outorgante, e mediante apresentação da fatura, o montante global de 518.407\$00 (quinhentos e dezoito mil quatrocentos e sete escudos), valor a ser acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. A faturação do serviço prestado, será efetuada mensalmente, até ao dia 5 (cinco) do mês subsequente, mediante a apresentação do relatório de execução dos serviços, conforme consta da cláusula 5ª.
3. O pagamento da fatura será efetuado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da sua receção.
4. Desde que devidamente emitida e observado o disposto na presente cláusula, a fatura será paga através de transferência bancária para a conta da Segunda Outorgante.
5. O não pagamento do(s) valor(es) contestado(s) não justifica a suspensão imediata dos serviços, devendo, no entanto, a Primeira Outorgante proceder ao pagamento da importância não contestada.
6. O não pagamento por mais de 60 (sessenta) dias leva à suspensão imediata dos serviços e ao pagamento de juros de mora à taxa legal em vigor.

Clausula 9ª
(Sigilo e Confidencialidade)

1. A Segunda Outorgante obriga-se a manter a confidencialidade sobre toda a informação a que venha a ter acesso no âmbito do presente Contrato, desde que a mesma não seja de conhecimento público ou não lhe haja sido comunicada por terceiros.
2. A Segunda Outorgante não fará uso, ou permitirá que terceiros façam uso de quaisquer informações, dados ou outros conhecimentos facultados ou aos quais tenham acesso por via e no âmbito do presente contrato, sem o prévio consentimento da Primeira Outorgante.

Clausula 10.ª
(Documentos)

Fazem parte deste contrato todos os documentos nele mencionados, nomeadamente as propostas técnica e financeira, referência nº 01CCTV-SV-PR-2021 apresentada pela Segunda Outorgante.



Cláusula 11.^a
(Notificações e Comunicações)

As Outorgantes efetuarão as notificações e/ou comunicações a que houver lugar no âmbito deste contrato por qualquer um dos seguintes meios:

ENAPOR SA	Correio registado – ENAPOR, SA – Av. Marginal, C.P. 82, Mindelo, República de Cabo Verde - Telefone: (238) 2307500, 2609060 Correio eletrónico: carlos.soares@enapor.cv ; joão.martins@enapor.cv
------------------	---

UNITEL T+ TELECOMUNICAÇÕES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, S.A	Correio registado – UNITEL T+ - No 4º e 6º piso do edifício BAI CENTER, Chã de Areia, Avenida Cidade de Lisboa, Praia – Santiago Telefone: (238) 9100302, 9100106, 9100100 Correio eletrónico: empresas@uniteltmais.cv ; helder.veiga@uniteltmais.cv ; justino.santos@uniteltmais.cv ; fabio.pina@uniteltmais.cv
--	--

Clausula 12.^a
(Penalidades)

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante ou a terceiros por si subcontratados para a prestação dos serviços objeto do presente contrato, haverá lugar à aplicação de penalidades nos termos legalmente estabelecidos.
2. A penalidade a aplicar consiste numa multa, e apenas se se verificar a situação referida no ponto 1.
3. O valor da multa por pedido, é calculado da seguinte forma:

- i) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 10 (dez) dias;
- ii) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do Contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;
 - (a) As multas previstas nos pontos i) e ii) do número 3), serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso;
 - (b) Antes da aplicação de qualquer das penalidades a Segunda Outorgante será advertida, sendo-lhe garantido o direito ao contraditório e à mais ampla defesa, através dos meios institucionais e legais disponíveis para o exercício pleno de tais garantias, devendo apresentar a sua defesa em 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da respetiva advertência escrita;

Cláusula 13.^a
(Força Maior)

- 1. Não podem ser impostas penalidades à Primeira Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possa ser controlada.
- 2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.
- 3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser comunicadas à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.
- 4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá comunicar a Primeira Outorgante quais as obrigações emergentes do contrato



cujo cumprimento, no seu entender, se encontre impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do conhecimento da ocorrência da circunstância de força maior.

Cláusula 14.^a
(Resolução pela Primeira Outorgante)

1. A Primeira Outorgante pode resolver o presente contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e, ainda, nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente prevista:
 - a) Razões de interesse público, mediante resolução fundamentada;
 - b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos do disposto na lei;
 - c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;
 - d) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de diretivas ou instruções transmitidas durante a execução do presente contrato;
 - e) Oposição reiterada da Segunda Outorgante ao exercício dos poderes de fiscalização da Primeira Outorgante;
 - f) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na lei;
 - g) Incumprimento, pela Segunda Outorgante, de decisões judiciais respeitantes ao presente contrato;
 - h) A Segunda Outorgante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;

Cláusula 15.^a
(Efeitos da resolução)

1. Em caso de resolução do presente contrato por parte da Primeira Outorgante por facto imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.



2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades/multas que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 16.^a
(Resolução pela Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante pode resolver o presente contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pela Primeira Outorgante e ainda nas seguintes situações:
 - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - (b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Primeira Outorgante;
 - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Primeira Outorgante por período superior a 10 (dez) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25 % (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros;
 - (d) Exercício ilícito dos poderes da Primeira Outorgante de conformação da relação contratual, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela Primeira Outorgante da manutenção do contrato;
 - (e) Incumprimento de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato pela Primeira Outorgante.
2. No caso previsto na alínea (a) do número 1, apenas há direito de resolução quando:
 - (a) A resolução não implique grave prejuízo à relação jurídica contratual ou,
 - (b) Caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira da Segunda Outorgante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução previsto no presente artigo pode ser exercido por via judicial ou extrajudicial.
4. No caso previsto na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Primeira Outorgante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a Primeira Outorgante



cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 17.^a
(Subcontratação e cessão da posição contratual pela Segunda Outorgante)

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual pela Segunda Outorgante, sujeitam-se ao consentimento prévio da Primeira Outorgante.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá identificar quais as prestações contratuais que, em concreto, pretende subcontratar ou ceder, o subcontratado ou cessionário em causa, bem como deverá instruir a sua proposta com a documentação referida nos termos da lei.
3. A Primeira Outorgante poderá, a todo o tempo, requerer a substituição de qualquer subcontratado, se:
 - (a) No seu entender, tal subcontratado não se mostrar qualificado para cumprir as obrigações subcontratadas;
 - (b) Tomar conhecimento de violação, pelo subcontratado, de quaisquer obrigações decorrentes do contrato ou de qualquer legislação ou regulamentação que lhe seja aplicável.
4. Caso a Primeira Outorgante requeira a substituição do subcontratado, nos termos do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá no prazo máximo de 2 (dois) dias a contar da data da receção da comunicação da Primeira Outorgante proceder à identificação do novo subcontratado e à apresentação dos documentos referidos nos termos da lei.
5. A autorização da nova subcontratação referida no número anterior obedecerá ao legalmente previsto.
6. Em caso de subcontratação a Segunda Outorgante manter-se-á como garante e única responsável perante a Primeira Outorgante pela execução das obrigações contratuais assumidas.

Cláusula 18.^a
(Prevalência)

Em caso de divergência, o texto do presente contrato prevalecerá sobre a proposta apresentada pela Segunda Outorgante.

Cláusula 19.^a
(Resolução de Litígios)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato, serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o litígio será dirimido pelo foro da Comarca de São Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.

Cláusula 20.^a
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pelas disposições do Código Civil vigente e demais legislação cabo-verdiana aplicável.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam

Este Contrato, constituído por 15 (quinze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e dele fazem parte integrantes os **Anexos I e II** identificados e, que são rubricados pelas partes.

Assim o outorgam.

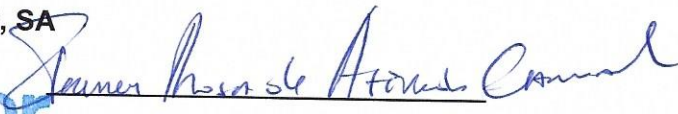
Feito na Cidade do Mindelo, ao 25.º dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante

ENAPOR, SA



Eng.º Alcídio Nascimento Lopes
Presidente do Conselho de Administração



Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Administrador Executivo

A Segunda Outorgante

UNITEL T+ TELECOMUNICAÇÕES, SOCIEDADE UNIPessoal, S.A



Dra. Erica Paim
Diretora Comercial e Marketing



ANEXO I

PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Operação	Periodicidade
Limpeza das Câmaras	Bi-Mensal
Teste e validação da cablagem e conectores	Trimestral
Verificação, reaperto e lubrificação dos parafusos de fixação das câmaras	Semestral
Inspeção e verificação do nível de oxidação das partes metálicas das câmaras e acessórios	Trimestral
Teste da rotatividade das câmaras PTZ	Trimestral
Verificação da área de cobertura das câmaras	Bi-mensal
Verificação e validação da qualidade da energia elétrica que alimenta as câmaras	Trimestral
Verificação e validação da estanquicidade da caixa de manutenção nos postes	Semestral
Testes de validação da gravação e visualização das imagens	Semanal
Verificação e diagnóstico dos alarmes	Diário
Verificação e validação do funcionamento e atualizações dos softwares	Bi-mensal
Otimização e ajustes das imagens	Bi-mensal

ANEXO I

LISTA DE QUANTIDADES ANUAIS

	Itens	Unidade	Quantidade Anual	Descrição
Equipamentos	Grua	un.	24	Ferramenta Pesada
	Escada Lanço Longo	un.	1	Ferramenta Pesada
	Escada 4 degraus	un.	1	Ferramenta Leve
	Cones de Sinalização	un.	10	Segurança
	EPI Completo	un.	1	Segurança
	Andaimes	un.	4	Ferramenta Leve
	Soprador	un.	1	Ferramenta Leve
	Ferramentas Elétricas	un.	1	Ferramenta Leve
	Testador/Certificador Cabos (UTP e Fibra)	un.	2	Ferramenta Leve
	Testador imagens das câmaras	un.	2	Ferramenta Leve
Consumíveis	Baldes, vassouras, esponjas e panos	un.	1	Consumível
	Detergente neutra q.b.	un.	1	Consumível
	Vaselina neutra q.b.	un.	1	Consumível
Mão de Obra	Técnico de Instalação e Manutenção	Homem Hora	484	Recurso Humano
	Suporte Primeira Linha	Homem Hora	302	Recurso Humano
	Suporte e Engenharia	Homem Hora	24	Recurso Humano